SOBRE A GEOGRAFIA CULTURAL

■ MICHEL SIVIGNON - UNIVERSITÉ PARIS-NORD

RESUMO

ESTE ARTIGO SUSTENTA QUE O INTERESSE DA GEOGRAFIA CULTURAL ESTÁ, NO ESSENCIAL, CONECTADO COM O DA GEOGRAFIA POLÍTICA, PELO MENOS NOS PAÍSES EUROPEUS. A RELIGIÃO, A LÍNGUA CONSTITUEM A BASE DE INSTITUIÇÕES QUE PERMITEM ESTRUTURAR AS SOCIEDADES. AS ÚNICAS SOLUÇÕES PARA CONFLITOS CULTURAIS SÃO POLÍTICAS.

PALAVRAS-CHAVE: **GEOGRAFIA CULTURAL, GEOGRAFIA POLÍTICA, TERRITÓRIO.**

Algumas observações preliminares permitirão situar este artigo. Ele parte do princípio (ou do axioma) segundo o qual "é geográfico todo objeto, no sentido estatístico do termo, que diferencia o espaço terrestre". Em um plano mais concreto, este artigo é fruto de reflexões desenvolvidas a respeito da geografia da Europa, com uma menção particular à Europa oriental e meridional. Além disso, ele tem origem na necessidade de uma aplicação possível no terreno das reflexões teóricas.

Dois Procedimentos

Do ponto de vista das considerações a respeito do campo cultural, existem dois procedimentos possíveis que, talvez, se excluam. O primeiro privilegia a modernização da sociedade ou, se preferirmos, as modalidades da passagem de um modo de produção antigo a um modo de produção novo. Nesta perspectiva, os traços que podemos atribuir a uma cultura, entendida como herança imemorial de uma sociedade, adicionam somente nuanças ao esquema geral da evolução. Esses traços, no limite, podem aparecer apenas como as últimas resistências à nova ordem. E uma geografia que se dedica a descrever essas resistências pode ser considerada como "reacionária".

A segunda abordagem, ao contrário, considera como tema central o estudo da persistência, através do processo de modernização da sociedade, de um substrato que, de alguma forma, é o núcleo sólido, sustentador, dessa sociedade.

Esta é a posição ilustrada por Bonnemaison, quando escreve em um de seus textos: "pediram-me para analisar os modos de desenvolvimento – a irrupção de qualquer tipo de progresso. Ora, o que me fascinava era justamente a resistência ao desenvolvimento, pelo menos a um desenvolvimento concebido de acordo com nossas normas".

O Risco Etnográfico

A preferência pelo segundo procedimento apresenta alguns riscos que não são imaginários e que, de minha parte, experimentei quando tentei ensinar, na universidade, aquilo que acreditava serem temas de geografia cultural.

O primeiro risco a ser evitado está contido naquilo que P. Dumolard denomina "uma geografia de curiosidades". Caímos nessa armadilha quando isolamos determinado aspecto técnico atribuído a uma determinada área cultural. Exemplos disso são as descrições do hábitat rural, que estiveram em moda na geografia francesa do período entre as duas guerras. E também aqueles capítulos sobre "raças, línguas, religiões" de nossas geografias gerais.

Isto significa interessar-se apenas por aspectos secundários herdados. Este é um risco do qual W. Zelinsky (*A cultural geography of the United States*) nem sempre consegue escapar quando tenta definir regiões culturais no interior dos Estados Unidos, partindo da casa e indo até o pertencimento a uma igreja e à prática de um regime alimentar específico. Parece-me que este risco é evitável, à condição de não acreditarmos que a combinação de aspectos heterogêneos seja o bastante para definir uma cultura, e à condição também de hierarquizar esses aspectos: a prática de uma língua não pode ser colocada no mesmo plano que a forma de um telhado.

O Risco de Diluição

W. Zelinsky, em seu esforço para definir uma cultura, apresenta uma representação esquemática dos sistemas culturais, tais como os vê (op. cit., p.73). Essa representação esquemática comporta três dimensões. Uma dimensão espacial: a das "regiões culturais". A segunda é a dimensão dos componentes de uma cultura, ou seja: os "artefatos" (componentes técnicos), isto é, o conjunto da tecnologia que fornece bens e serviços; os "sociofatos" (componentes da vida de relação), ou seja, parentesco, comportamento político, educação; e os "mentefatos" (representações mentais), ou seja, religião, arte, magia, folclore etc. A terceira dimensão provém da combinação de componentes para gerar as "subculturas", elas mesmas divididas de uma maneira ainda mais detalhada.

W. Zelinsky vai bastante longe nessa divisão em subculturas, levando-a praticamente até o indivíduo e explicando que as regiões industrializadas caracterizam-se por essa espécie de automatização das culturas.

Encontramos em Bonnemaison e Dumolard, por exemplo, essa idéia de correspondência entre culturas e categorias sociais, idéia que não está muito distante daquela de P. Claval, que propõe passar "dos gêneros de vida aos papéis", estes últimos sendo comportamentos individuais semelhantes a certos modelos sociais.

Parece-me que esta diluição da noção de cultura é cheia de perigos, se adotarmos a posição de não ver senão subculturas atomizadas, correspondendo às categorias sociais, às classes de idade, aos grupos profissionais, entre outros. Essa operação retira do conceito toda utilidade: uma vez que admitimos que todo grupo constitui sua própria cultura no seio de nossas sociedades industrializadas, retiramos aquilo que, a meu ver, é o elemento central, isto é, a adesão a um sistema de valores reconhecido pelo conjunto do corpo social.

Além disso, muito freqüentemente, essa multiplicidade de subculturas não corresponde a uma divisão do espaço: portanto, a meu ver, ela não é suscetível de um tratamento geográfico.

Dimensão Cultural da Geografia Política

Talvez seja possível avançar no estudo do campo cultural nas sociedades industrializadas, principalmente nas sociedades européias, retomando a distinção clássica de Pierre Gourou entre técnicas de produção e técnicas de enquadramento.

Em nossas sociedades industrializadas e urbanizadas, as características culturais intervêm pouco nas técnicas de produção. Esta é uma das razões pelas quais a noção de "gênero de vida" tornou-se completamente inadaptada. É também uma razão pela qual uma geografia cultural, limitada às repercussões a partir das técnicas de produção, torna-se uma espécie de etnografia, limitada a um repertório. Este é o caso, por exemplo, da repartição geográfica das pontes cobertas no Nordeste dos Estados Unidos, utilizada, entre outros critérios, por W. Zelinsky para definir uma "região cultural" da Nova Inglaterra.

Mas, por outro lado, é preciso enfatizar a extrema importância das características culturais na geografia política do continente europeu. Essas características culturais intervêm não mais a título de técnicas de produção, mas de técnicas de enquadramento. Neste sentido, a geografia cultural se inscreve aqui em uma geografia do poder.

Com efeito, a história da Europa a partir da Idade Média mostra unidades políticas territoriais (Estados mais ou menos completos) que sempre tentaram mobilizar em seu proveito as afiliações culturais, para fazê-las coincidir com os limites de seu próprio poder. O feudalismo pode ser interpretado como uma mobilização das relações de parentesco em proveito das forças políticas: a hierarquia do poder entre os feudais reproduz a relação do filho com o pai (submissão, apoio à causa do suserano) e a relação do pai com o filho (a proteção devida ao vassalo).

Do Religioso ao Político

E se afirmarmos (como faz P. Dumolard) que mais tarde as guerras de religião do século XVI "não são lutas de territórios ,mas no e pelo mesmo território", é preciso nos apressarmos em acrescentar que, exatamente, todo esforço dos soberanos consistiu em unificar a confissão religiosa de seus súditos e, conseqüentemente, em fazer coincidir os limites de seus estados com aqueles das diferentes afiliações religiosas, porque parecia escandaloso que os habitantes de um mesmo país não partilhassem da mesma fé. Este é bem o sentido do provérbio *"cujus regio, cujus religio"*. Eis porque o desenho das áreas religiosas na Alemanha contemporânea corresponde aos limites dos Estados, pequenos ou grandes, do Santo Império.

Mas, dir-se-á, trata-se de uma época passada. Nada é menos certo do que isso. Nos países ortodoxos da Europa oriental, a constituição de igrejas autocéfalas sempre foi encorajada pelo poder político: a igreja autocéfala russa foi erigida a partir do século XVI, e, à medida que os países balcânicos se livraram da dominação otomana, no século XIX, constituíram igrejas ortodoxas autocéfalas. A própria Albânia, onde os ortodoxos não passam de 20%, edificou uma igreja autocéfala em 1937, para escapar da tutela grega. Esta necessidade está longe de desaparecer depois de 1945: o poder político intervém para suprimir as igrejas uniatas; é verdade que a Polônia, antes de 1939, e a Hungria, antes de 1914, haviam agido no sentido inverso. Mais perto de nós há uma dezena de anos, o governo federal de Belgrado deu seu apoio (quer dizer, sua bênção) à constituição de uma igreja autocéfala da Macedônia, independente do patriarcado sérvio, procedimento destinado a apoiar o esforço de edificação de uma nacionalidade

macedônica que escapava das reivindicações da Bulgária. No entanto, a Iugoslávia se orgulha do materialismo histórico. Mas isto não a impede de considerar os muçulmanos na Bósnia-Herzegovina como uma nacionalidade. Uma reunião plenária do Comitê Central da Liga dos Comunistas da Bósnia-Herzegovina proclamou oficialmente, em 17 de maio de 1968: "os muçulmanos, como demonstra nossa práxis socialista, são uma nação à parte".

Ao mesmo tempo que o poder político se esforça por controlar a esfera religiosa e orientá-la no sentido de suas próprias finalidades, na Europa oriental ele tenta também limitar o religioso ao interior dos lugares de culto. Tal é o sentido da luta entre o poder político e a Igreja católica na Polônia, quanto à questão das procissões: trata-se, para a Igreja, de reivindicar uma tomada de posse simbólica do território, materializada por um percurso solene, pontuado por etapas chamadas de repositórios.[2] E o poder político não pode admitir essa tomada de posse, mesmo que simbólica.

Sobre o papel que os pertencimentos religiosos desempenham na Europa Oriental, podemos acreditar no ex-Primaz da Polônia que declarou a um diplomata francês: "não há fronteira verdadeira na Europa, a não ser aquela que separa Roma de Bizâncio". Eis aí a geografia cultural.

No entanto, com a exceção de um conflito – o da Irlanda do Norte – que tem pelo menos uma dimensão religiosa e ainda ensangüenta a Europa, os pertencimentos religiosos apresentam hoje neste continente importância bem menor que os pertencimentos lingüísticos.

Do Lingüístico ao Político

A adoção, no século XIX, do "princípio das nacionalidades" indica que daí em diante a religião não é mais, salvo exceções, a base principal da reivindicação nacional: ela cede à língua o lugar de fundamento da identidade. Este é o sentido da emancipação progressiva dos povos da Europa oriental em detrimento dos Estados multinacionais que eram o império otomano e o império dos Habsburgo.

Também aí se trata, para o poder político, de fazer coincidir as fronteiras do Estado com os limites culturais, no caso os da língua, que é a garantia da comunidade de valores aos quais adere a população em foco. Essa adequação pode ser obtida pela conquista, que permite modificar as fronteiras, ou pelo deslocamento de populações no interior de fronteiras que se acham assim garantidas: esta segunda solução, utilizada pela primeira vez por ocasião das trocas entre gregos e turcos, foi adotada em toda a Europa Oriental a partir de 1945.

Ela pode ainda ser adquirida pela assimilação progressiva das minorias lingüísticas. Este último procedimento foi posto em prática na França há muitos séculos: recordemos a declaração do abade Grégoire, em 30 de setembro de 1789, frente ao Comitê de Instrução Pública da Convenção:

> *assim desaparecerão insensivelmente os jargões locais, o dialeto de seis milhões de franceses que não falam a língua nacional, pois, não é demais repetir, é mais importante do que se supõe em política extirpar essa diversidade de idiomas grosseiros que prolongam a infância da razão e a velhice dos preconceitos.*

Os regimes que se instalaram em 1945 na Europa Oriental muitas vezes preferiram resolver os problemas das nacionalidades por intermédio dos deslocamentos de população, a fim de obter, no limite do possível, sua homogeneidade étnica (transferência de populações alemãs, em 1945, e de uma parte

dos turcos da Bulgária em 1952).

Mas também é verdade que, quando as minorias étnicas tinham o estatuto de minoria nacional, houve esforços, nos países socialistas da Europa Oriental, para salvaguardar seus direitos culturais e, em particular, sua língua. Lembremos, quanto a isto, que a única aquisição que resta do "verão de Praga" de 1968 é a autonomia da Eslováquia.

Inversamente, se retomamos a distinção (embora nosso interesse aqui não seja discuti-la) entre a cultura aristocrática na Alemanha do Kaiser Wilhelm e a República de Weimar, por oposição a uma cultura popular germânica partidária dos ideais da social-democracia (cf. o artigo de P. Dumolard), essa distinção não produziu, desde o início deste século, diferenciação espacial alguma: o recuo dos alemães para o oeste, em 1945, se efetuou sem que sua "subcultura" contribuísse em nada para isso, embora fosse popular. As subculturas conduzem a uma diferenciação política do espaço somente na medida em que se apóiam sobre uma originalidade lingüística (uma língua particular, ou um dialeto regional). A evolução das províncias periféricas da Espanha para sua autonomia comprova isso. Recordemos, de resto, a definição que foi dada a dialeto: "uma língua que não tem exército nem marinha".

Pode-se objetar que essa geografia cultural voltada para a política não é outra coisa senão uma geografia do poder, e não uma geografia cultural. Raffestin (1980)[3] demonstrou aquilo que o poder pode extrair, para seus próprios fins, de uma utilização da língua e, de uma maneira secundária, da religião. Mas também aí é preciso cuidado para não ver somente um aspecto das coisas. Se o poder político se utiliza das línguas, fundamento das etnias, também submete-se à sua potência: o que é o renascimento da Polônia, no século XIX, senão a resistência e o êxito de uma comunidade salva por seus valores culturais, em particular os de sua língua? O renascimento do hebraico como língua falada era totalmente improvável no início deste século; e o que dizer dos diversos movimentos regionais europeus apoiados no renascimento de dialetos, senão a expressão de uma reivindicação cultural cujo vigor, até recentemente, era desconhecido?

Aquilo que nos interessa, dentro de nossa preocupação pela geografia cultural, é a maneira pela qual o campo cultural, por intermédio da língua ou da etnia, se impõe ao poder político: no que a questão do Quebec se diferenciaria das Províncias Marítimas do Canadá se não se tratasse de francófonos? No que se tornaria a oposição entre valões e flamengos se ela não estivesse emaranhada com a questão lingüística?

De minha parte, estou pouco convencido pelo silogismo que vemos despontar em Raffestin, e que poderíamos caricaturar da seguinte maneira: as relações culturais são relações de poder político; as relações de poder político, em última instância, não são senão relações do tipo econômico; portanto, as relações culturais são de fato relações econômicas camufladas. A partir dessa lógica, Raffestin (1980, p.100) afirma: "o conflito entre valões e flamengos não é um conflito lingüístico; ele é, fundamentalmente, um conflito de interesses".

Parece-me que uma visão como esta apresenta um duplo inconveniente. Primeiramente, a de nos afastar mais uma vez da preocupação cultural, para nos remeter a um domínio certo, conhecido, mensurável – o domínio da economia. No fundo, trata-se do primeiro dos dois procedimentos que foram descritos no início deste artigo.

O segundo principal inconveniente é o de explicar

as coisas do ponto de vista daquele que domina, mas não do ponto de vista daquele que é dominado. Foram interesses econômicos, fundamentalmente, que incitaram os poloneses a se revoltar no século XIX? E os gregos, os sérvios, os búlgaros?

É claro que não ignoro o papel dos interesses econômicos e do desejo de promoção social na passagem de uma língua a outra. O afrancesamento da aglomeração de Bruxelas e a expansão do inglês no oeste do Quebec estão ligados a essa vontade de ascensão social. Aprender uma língua é adquirir possibilidades de mobilidade no interior da sociedade, a partir do momento em que as duas línguas em concorrência não têm o mesmo campo de ação: língua de camponeses, de um lado, e língua dos meios econômicos dominantes do outro. Mas observa-se que, se as motivações econômicas resultam na mobilidade lingüística, as motivações étnicas tendem, ao contrário, a cristalizar fronteiras lingüísticas e a se prevenir contra a sua transposição. O fenômeno é evidente na Bélgica, onde cada comunidade define um território e se agarra a ele .

Por outro lado, é preciso cuidado para não generalizar a partir de modelos europeus, porque os Estados europeus têm uma longa tradição de enquadramento político do campo cultural, por intermédio do professor de ensino básico, do administrador ou do juiz.

Ao invés disso, o que ocorre na África tropical, no seio de populações pouco alfabetizadas e que compartilham áreas lingüísticas múltiplas? Aí as línguas estão em progresso: línguas comerciais das pessoas do litoral, como o suali na África Oriental, das pessoas do rio, como o sango na República Centro-Africana. Os progressos do árabe no Chade caminham paralelamente aos do Islã. Mas a passagem de uma língua a outra, nessa África tropical multilíngüe, passa também pela busca de mulheres de uma outra etnia, para evitar a endogamia: os foubês do Norte da República dos Camarões e da Nigéria setentrional, que dominam a população haússa, pouco a pouco travaram contato com a língua haússa, através das mulheres haússas que ensinam a língua haússa às suas crianças. Esta situação é ainda mais determinante na medida em que ali a escola não intervém no aprendizado de línguas vernáculas.

"Le Tour de France de Deux Enfants"

Concluindo, gostaria de voltar para horizontes mais próximos, a propósito de duas noções, de etnia e de território, compreendidas como fundamentos de uma geografia cultural.

Vejo aí a fonte da extraordinária atenção de que desfrutou, na Terceira República, o manual de ensino primário intitulado *Le tour de France de deux enfants*, no qual os alunos aprendiam, ao mesmo tempo, a ortografia, a gramática, a história, a geografia e a moral. Com efeito, o manual toma a forma de uma viagem iniciática, no decurso da qual se efetua a aprendizagem da língua – fundamento da unidade da nação e elemento constitutivo da etnia – e a aprendizagem do território. A geografia da França apresentada por este livro é a apreensão, pela criança, de um território concebido como uma herança, em decorrência do que é conveniente conhecer as fronteiras (o que é feito na viagem) e

nomear os pontos notáveis. Daí a necessidade, que os espíritos resistentes desdenham bastante, de aprender de cor os nomes das prefeituras e subprefeituras: nos apropriamos daquilo que nomeamos. E em conseqüência, nessa iniciação ao território, a história aparece associada à geografia: é a viagem, o encontro de monumentos, que permite a evocação histórica. A referência aos grandes homens (sábios, militares, artistas) nativos da cidade que visitamos, a referência às batalhas em que lutaram, aos atos de heroísmo que acompanharam essas lutas, permitem dar aos lugares sua densidade, conferindo-lhes uma espécie de caráter sagrado.

No momento em que se generalizava o ensino obrigatório, esse manual atendia admiravelmente à necessidade de que o conjunto de uma comunidade nacional se inteirasse de uma língua que, em relação aos dialetos, foi portadora dos valores de progresso, e de um território que uma guerra recente havia amputado, sendo conveniente que os habitantes se considerassem como seus herdeiros. Belo exemplo de encontro do cultural e do político!

NOTAS

*Publicado originalmente como "A Propos de Géographie Culturelle" em *L'Espace Géographique*, tome X, nº4, 1981, pp.270-274. Traduzido para a língua portuguesa por Márcia Trigueiro.

1. "Tal a religião do príncipe, tal a religião do país". (N. da T.)

2. Repositório: capela ou nicho à beira das ruas, onde fazem parada as procissões, para realizar algumas cerimônias religiosas; cf. Dicionário Michaelis. (N. da T.) P. MICHEL, "Un cas concret d'inscription du religieux dans l'espace polonais: Zywiec dans le district de Cracovie". Groupe de travail sur l'Europe Centrale et Orientale, Bulletin d'information, nº 3, 1980.

3. Raffestin, C. Pour une géographie du pouvoir. Paris: Litec, 1980.

ABSTRACT

CONCERNING CULTURAL GEOGRAPHY, THIS ARTICLE MAINTAINS THAT THE POINT OF INTEREST OF CULTURAL GEOGRAPHY IS ESSENTIALLY CONNECTED TO THAT OF POLITICAL GEOGRAPHY, AT LEAST IN EUROPEAN COUNTRIES. THE RELIGION, THE LANGUAGE CONSTITUTE THE FOUNDATION OF INSTITUTIONS WHICH ALLOW THE STRUCTURING OF SOCIETIES. THE ONLY SOLUTIONS FOR CULTURAL CONFLICTS ARE POLITICAL.

KEYWORDS: **CULTURAL GEOGRAPHY, POLITICAL GEOGRAPHY, TERRITORY.**